

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: OS DEBATES NAS DÉCADAS DE 50 A 70*

*Álvaro Antônio Garcia***

1 – Introdução

A economia brasileira sofreu grandes transformações no decorrer do século XX. Até então, ela tinha uma base agrário-exportadora, e seu dinamismo estava estritamente vinculado ao comportamento da demanda externa. A Grande Depressão de 1929, que reduziu sensivelmente o comércio internacional, propiciou ao País o desenvolvimento de um processo de substituição de importações através do incentivo à indústria nascente. Concomitantemente, a Revolução de 30 representou no cenário político a ascensão das camadas urbanas altas e médias e de outros segmentos da sociedade. Esses setores, identificados com a acumulação urbano-industrial, passaram gradativamente a ganhar mais espaço político e viram suas teses desenvolvimentistas serem respaldadas por medidas de política econômica que dinamizaram o crescimento industrial. Já em 1956, a renda da indústria havia ultrapassado a do setor agrícola, quando ainda estava em gestação o parque industrial produtor de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

À euforia desenvolvimentista do Governo JK sucedeu-se a crise político-institucional do começo dos anos 60 e, com o movimento político-militar de 1964, verificou-se a consolidação dos setores capitalistas urbanos, que passam, de fato, a conduzir o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O aumento da concentração de renda no pós-64, acrescida, mais tarde, de facilidades creditícias, consolidou a demanda das camadas médias e altas da sociedade, o que dinamizou esse parque industrial e permitiu o crescimento vertiginoso da economia brasileira entre o final dos anos 60 e meados da década seguinte.

Paralelamente a esse processo de desenvolvimento econômico iniciado nos anos 30 – e que também se verificava com distintos graus de intensidade em outras partes do mundo –, apareceu toda uma gama de pensadores preocupados em explicar as relações entre **agricultura e desenvolvimento** em países que tinham ingressado tardiamente no capitalismo industrial. Assim é que foram veiculadas pelo Brasil as mais

* Este artigo é resultado de uma pesquisa que o autor vem desenvolvendo sobre o tema para apresentar como dissertação de mestrado do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS.

** Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

diferentes teses, expostas por autores dos mais diversos matizes ideológicos e que concordavam ou não com idéias que circulavam a nível internacional. Esses debates sobre o papel da agricultura no crescimento da economia nacional empolgaram boa parte da intelectualidade brasileira, à medida que traziam à tona a própria concepção de desenvolvimento subjacente a cada corrente de pensamento.

O objetivo deste artigo é apresentar de forma sistematizada algumas questões que, entre a década de 50 e o início dos anos 70, estiveram no centro dos debates sobre a **agricultura e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Dado o nível de abrangência proposto para o artigo, após consultar-se a bibliografia sobre o tema a ser tratado, fez-se a seleção de determinadas teses consideradas mais representativas, obviamente que não de todas, mas de algumas das principais idéias discutidas no período.

Seguramente, haveria diferentes métodos para organizar a exposição dessas teses; pelo menos dois deles merecem ser analisados aqui. Um primeiro corte metodológico poderia ser feito classificando-se os autores das teses de acordo com os marcos teórico e conceitual de cada um. Assim, *grosso modo*, ter-se-iam dois grandes grupos: num deles, estariam os autores que, em seus esquemas analíticos, se utilizam de variáveis estritamente econômicas (produtividade marginal, alocação dos fatores, etc.), isto é, pensadores identificados com a corrente da economia neoclássica; no outro grupo, aqueles autores que resgatam o caráter social da análise econômica, ou seja, consideram em seus esquemas explicativos o econômico *latu sensu*, que inclui outras variáveis, como o processo histórico, a demografia, a estrutura social, a distribuição da renda, etc. Na falta de uma qualificação mais adequada, esses autores podem ser vinculados à corrente da economia política.

Num outro nível de aproximação ao tema, o “corte” poderia ser feito a partir das propostas contidas nas teses em estudo. Ter-se-iam, então, as teses “conservadoras” e as teses “radicais”. As teses “conservadoras” seriam aquelas nas quais as propostas para o desenvolvimento agrícola e/ou econômico como um todo supõem a manutenção do *status quo*, isto é, não visam a modificações que alterem significativamente a estrutura sócio-econômica. Em oposição, as teses “radicais” seriam aquelas de cujas propostas emergem profundas alterações no sistema econômico e social vigente.

Com uma certa margem de “transigência”, é possível associar as teses conservadoras à economia neoclássica e as teses radicais à economia política. Isto posto, deve-se agora colocar a estruturação do artigo: na primeira parte, onde se trata da evolução dos debates na economia neoclássica, estão incluídos os autores que trabalham com o econômico *strictu sensu* e/ou propõem alternativas conservadoras para o desenvolvimento econômico; na segunda, denominada de evolução dos debates na economia política, são considerados aqueles pensadores que estudam o econômico no seu sentido mais amplo e/ou propõem reformas radicais para o desenvolvimento econômico.¹

¹ Cabe aqui uma observação: principalmente no caso da economia neoclássica – que trabalha com uma certa independência do processo histórico de cada formação social –, apresentam-se teses de autores estrangeiros, visto que estas tratavam da agropecuária brasileira e/ou tiveram intensa repercussão nos meios intelectuais do País.

2 – Os debates na economia neoclássica

2.1 – As teses dualistas

Em meados da década de 50, um estudo que obteve grande repercussão nos países em processo de desenvolvimento foi o de Arthur Lewis sobre o **desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra** (Lewis, 1969). A idéia que perpassa ao longo do texto é a de que, *grosso modo*, a economia pode ser dividida em dois setores: um, tradicional e atrasado, representado preponderantemente, mas não exclusivamente, pelo setor agrícola; e outro, moderno e dinâmico, que, *latu sensu*, poderia ser associado ao setor urbano-industrial. Esse setor atrasado é a fonte de um excedente de mão-de-obra tão importante em termos quantitativos que equilibra os salários dos trabalhadores não qualificados ao nível da subsistência. As questões a responder então são: como se dá a evolução dessa economia dual, quais as perspectivas de integração entre esses dois setores e quais os limites que a dualidade impõe ao processo de desenvolvimento econômico.

Para Lewis, a dinâmica do crescimento econômico é dada pela reinversão dos lucros acumulados no setor urbano-industrial. Ou seja, a acumulação de capital, geradora do progresso econômico, depende do nível de poupança realizado pelos capitalistas. Por outro lado, numa economia subdesenvolvida, com oferta ilimitada de trabalhadores não qualificados, a produtividade marginal da força de trabalho é ínfima ou nula, e, nessas circunstâncias, o preço do trabalho corresponde ao nível de subsistência.²

Inicialmente estagnada, a economia começa a progredir à medida que os capitalistas podem reinvestir seus lucros contando com uma abundante oferta de trabalho, disposta a empregar-se em troca de um salário muito reduzido. Nessas condições, o excedente aumentará continuamente, e a cada ano o investimento corresponderá a uma proporção maior da renda nacional.

Esse processo, contudo, não é ilimitado. Depositário natural da força de trabalho não qualificada, o setor agrícola viabilizaria o crescimento econômico até quando pudesse fornecer mão-de-obra e alimentos a preços reduzidos. Isto é, o limite desse processo seria quando o setor agrícola esgotasse sua capacidade de manter estáveis os salários e os preços dos alimentos e matérias-primas. Nesse caso, haveria uma compressão dos lucros, com a conseqüente redução da capacidade de investir dos capitalistas. Comprometido o processo de acumulação, a tendência seria de um retorno à estagnação.

² Segundo Lewis, “(...) o salário de subsistência pode ser determinado por uma convenção sobre o mínimo necessário para subsistir ou pode ser igual ao produto médio *per capita* na agricultura de subsistência mais uma certa margem”. Essa margem, cerca de 30%, ocorre em virtude de que, nos centros urbanos, o salário incorpora gastos adicionais, como aluguéis e transporte, e também porque os trabalhadores da cidade adquirem “(...) gostos e prestígio social que têm que ser endossados por salários reais mais elevados” (1969, p.416 e segs.).

Gustav Ranis e John Frei (Ranis & Frei, 1961, p.533-65), em artigo publicado na *American Economic Review*, em setembro de 1961, de certa forma complementam o trabalho de Lewis, ao proporem alternativas no sentido de contra-arrestar a tendência à estagnação econômica. Tal como Lewis, eles acreditam que, à medida que o excedente de mão-de-obra que recebe salários de subsistência vai se esgotando e a produtividade marginal do trabalho se tornando positiva, há uma compressão dos lucros no setor urbano-industrial, seja pelo aumento do preço da força de trabalho, seja pela modificação da relação de troca, a qual passaria a ser prejudicial ao setor não agrícola, devido ao crescimento dos preços relativos das matérias-primas e dos produtos alimentares.

Dessa constatação, surge a proposta dos autores de reordenar os investimentos no sentido de beneficiar também o setor agrícola, de forma que ele possa elevar sua capacidade de produção fornecendo alimentos em consonância com a demanda dos centros urbanos. Tal política também traria o efeito de liberar novos excedentes de mão-de-obra, que poderiam ser absorvidos pelo setor industrial. Caberia ao Estado promover uma política de desenvolvimento que objetivasse o crescimento harmônico dos diferentes setores da economia.

Ainda no decorrer dos anos 50, uma outra vertente da corrente dualista centrava suas análises no atraso relativo da agricultura e nas dificuldades que teria o seu subsetor produtor de mercado interno em incorporar as “modernas técnicas de produção”. Nesse sentido, um livro de grande impacto foi **Brasil, Terra de Contrastes**, do francês Roger Bastide, que lecionou durante um longo período em universidades do País (Bastide, 1971). Após analisar a estrutura do Brasil rural, baseado em duas espécies de estatísticas — a da quantidade e superfície da propriedade, de um lado; e a das profissões agrícolas, de outro —, Roger Bastide conclui que inexiste uma classe intermediária entre o grande latifundiário e os pequenos proprietários, meeiros e assalariados agrícolas. Ao contrário, nos centros urbanos, ainda que existisse uma diferença brutal entre as classes, observa-se “(...) uma verdadeira classe média digna desse nome, que serve de amortecedora entre a classe elevada dos capitalistas e a classe baixa proletária” (Bastide, 1971, p.256).

A partir das observações de Bastide sobre a estrutura rural do Brasil, poder-se-ia imaginar que, nas suas propostas de mudança, estivesse incluída a reforma agrária. Mas não é isso que acontece. Para esse autor, historicamente os latifúndios

“(...) foram a única solução suscetível de resolver o problema do espaço, permitindo a ocupação do solo, o povoamento de vastas extensões de terras (povoamento sem dúvida disperso, mas que nem por isso deixava de ser povoamento) e finalmente uma exploração lucrativa da agricultura tropical” (Bastide, 1971, p.259).

Dessa forma, dividir os latifúndios produtivos poderia ocasionar um retorno da agricultura capitalista à agricultura de subsistência, baseada em técnicas “atrasadas” de produção.

Preservada a propriedade da terra, as propostas para desenvolver o setor agrícola seguem duas linhas de atuação: uma no sentido de dinamizar ainda mais a produção da grande propriedade através da utilização de insumos e maquinaria moder-

na, o que poderia ser viável com a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras do País e do Exterior; a outra visando a uma melhor organização dos pequenos produtores através do cooperativismo, o que lhes permitiria uma certa socialização dos instrumentos de trabalho e um maior poder de barganha quando da comercialização dos produtos agrícolas.

Na mesma época da publicação do trabalho supracitado, foi dado ao conhecimento do público um outro estudo, de Jacques Lambert, sobre os “dois brasis”. Os “dois brasis” seriam o novo, representado *lato sensu* pelos centros urbanos, o Sul (Sul/Sudeste) e o Litoral, e o velho, identificado com o campo, o Norte/Nordeste e o Sertão. A idéia de dualismo na estrutura econômico-social do Brasil fica clara quando Lambert afirma que

“(...) existem dois países, entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro: na fazenda do interior, o homem do campo trabalha de enxada e transporta uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de bois, porque a roda maciça não gira sobre o eixo; na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio e, para sustentar um arranha-céu muito pesado que começa a inclinar-se, congela-se o solo. Conforme o observador se deixe impressionar por um outro desses dois mundos que tem diante dos olhos, um ao lado do outro, predirá para o Brasil uma evolução no sentido dos EUA ou no da Índia” (Lambert, 1972, p.105-6).³

Mais especificamente em relação à agricultura, o autor afirma que as características desta não são as dadas pelas prósperas fazendas de café que são conhecidas em todo o Mundo através das exportações brasileiras, mas, sim, pelos “(...) milhões de caboclos, trabalhadores independentes ou colonos de grandes propriedades que, proprietários ou assalariados, continuam tão pobres como antes” (Lambert, 1972, p.130).

No trabalho de Lambert, ainda que não exista explicitamente um conjunto de propostas para melhorar a produtividade agrícola e as condições de vida do homem do campo, percebe-se uma expectativa do autor com o crescimento da infra-estrutura — abertura de estradas, construção de silos, etc. —, com o alargamento da fronteira agrícola em direção ao oeste do País, onde, na época, existiam terras férteis, mas praticamente inexploradas, e com o desenvolvimento das pesquisas química e biológica, visando a uma melhor adaptação das culturas ao clima tropical do Brasil. Por outro lado, mesmo admitindo que, a longo prazo, a tendência seja o país “novo” levar o progresso às regiões atrasadas, Lambert ressalta que a cultura “arcaica” que se consolidou nessas comunidades ao longo dos séculos faz com que elas resistam à mudança “(...) da mesma forma que as comunidades campestres indígenas de outros países” (Lambert, 1972, p.102).

Esta última idéia, que de resto poderia ser estendida ao setor agrícola do mundo subdesenvolvido, expressa nitidamente uma convicção, muito em voga na época,

³ Lambert também era francês e havia lecionado em universidades brasileiras.

sobre o atraso da chamada agricultura tradicional. No seu sentido mais “econômico”, ela significa uma ineficiência alocativa. Ou seja, quando se defendia a tese da ineficiência na alocação dos recursos, afirmava-se que, mesmo o mercado indicando ser mais “rentável” ou “racional” o cultivo de um certo produto ou o emprego de um determinado fator, os produtores rurais, por razões de “hábito e cultura”, mantinham a tradição tanto em termos de produtos como de técnicas de produção. Por isso, a agricultura era considerada um entrave ao desenvolvimento econômico.⁴

2.2 – Em busca da alocação “ótima” dos fatores

A partir da década de 60, passaram a ser bastante criticadas tanto as teses que consideravam a produtividade marginal da força de trabalho empregada na agricultura tradicional como sendo próxima a zero como aquelas que, num sentido mais amplo, defendiam a ineficiência na alocação dos recursos por parte dos pequenos produtores. A esse respeito, um trabalho pioneiro que ficou famoso entre economistas agrícolas brasileiros foi o de Theodore Schultz, **A transformação da agricultura tradicional**. Nesse trabalho, conhecido na literatura especializada como “modelo de insumo moderno”, a opinião do autor, após estudar duas comunidades de produtores rurais, é a de que a pobreza nessas regiões “(...) não é uma consequência de quaisquer ineficiências significativas na distribuição de fatores (Schultz, 1965, p.58).⁵ Sobre a produtividade marginal do trabalho ele foi enfático:

“(...) a conclusão relativa à doutrina de que uma parte da mão-de-obra empregada na agricultura nos países pobres tem uma produtividade marginal igual a zero é que esta é uma doutrina falsa. Suas raízes tornaram-na suspeita. Baseia-se em suposições teóricas não muito consistentes (Schultz, 1965, p.77).

Na concepção de Schultz, os produtores rurais eram pobres, mas eficientes e, o que é mais importante, não se utilizavam de técnicas modernas ou porque elas não eram economicamente rentáveis, ou porque não eram adaptáveis às condições de solo e/ou cultura de suas regiões. Coerente com a sua opção analítica, ele acreditava que

“(...) o crescimento proveniente do setor agrícola de um país pobre depende predominantemente da disponibilidade e do preço dos fatores

⁴ No Brasil, alguns trabalhos empíricos foram realizados visando mensurar a sensibilidade da oferta agrícola frente às variações dos preços relativos. Entre aqueles que de certa forma confirmaram a tese da ineficiência alocativa, poder-se-ia citar o artigo de Julien Chacel, onde o autor conclui que “(...) a expansão da oferta agrícola de mercado interno depende muito pouco dos estímulos advindos do lado dos preços” (Chacel, 1963, p.61).

⁵ Na verdade, o autor baseia suas conclusões na análise que fez dos trabalhos realizados por dois antropólogos, Sol Tax e David Hopper, que estudaram, respectivamente, as economias das vilas de Panajachel na Guatemala e de Senapur na Índia. Ver Schultz (1965, p.46 e segs.).

agrícolas modernos (não-tradicionais). Os fornecedores desses fatores, num sentido muito real, detêm a chave de tal crescimento. Quando são bem-sucedidos em produzi-los e distribuí-los a baixo preço, o investimento na agricultura torna-se lucrativo, compondo-se então o quadro para que os agricultores aceitem os fatores modernos e aprendam a usá-los da melhor maneira” (Schultz, 1965, p.149).

Quando da produção dessas novas técnicas, os fornecedores deveriam também se utilizar de conhecimentos existentes em outras regiões. Ou seja,

“(...) em geral, o que existe de disponível é um conjunto de conhecimentos úteis que tornou possível aos países avançados produzir, para seu uso próprio, fatores tecnicamente superiores aos produzidos noutros lugares. Esse conjunto de conhecimentos pode ser usado para desenvolver novos fatores similares e, em geral superiores, apropriados às condições de natureza biológica e outras, específicas da agricultura das comunidades pobres” (Schultz, 1965, p.151).⁶

Por outro lado, o sucesso desse projeto de desenvolvimento agrícola repousava enormemente nos investimentos em “capital humano”. Isto é, seria necessário educar o pessoal ligado à área agrícola para que ele não só tivesse condições de produzir novos conhecimentos, mas, também, a capacidade de transmiti-los aos produtores rurais. Nas palavras de Schultz:

“(...) os fornecedores dos fatores agrícolas modernos são, entre outros, os pesquisadores que trabalham em estações agrícolas experimentais. Sua contribuição a esse respeito é de importância crítica. Os agricultores, em seu papel de consumidores dos novos fatores, aceitam-nos quando são verdadeiramente lucrativos. Mas, tipicamente, os agricultores tradicionais não os procuram. No final, muito depende de que os agricultores aprendam a usar efetivamente os fatores agrícolas modernos. Nesse ponto, um crescimento rápido e ininterrupto depende grandemente de determinados investimentos no pessoal do campo, relacionados com as novas habilitações e o novo conhecimento que este deve adquirir, para obter sucesso no jogo do crescimento proveniente da agricultura” (Schultz, 1965, p.179-80).

A partir do trabalho supracitado e de uma forma geral aceita a tese de que o emprego de uma tecnologia tradicional não era sinônimo de ineficiência na alocação dos fatores, há um gradativo deslocamento da discussão, com o debate ficando mais centrado em estudos que versavam sobre o desenvolvimento de técnicas modernas,

⁶ Como exemplo, o autor cita o caso do México, onde o Governo local e a Fundação Rockfeller já vinham há duas décadas desenvolvendo pesquisas na área da Genética, com excelentes resultados, visando à criação de novas variedades de produtos agrícolas – milho, batata, feijão, etc. – adaptáveis às condições de solo e clima daquele país. Ver, a respeito, Schultz (1965, p.152 e segs.).

passíveis de serem utilizadas pelos produtores rurais. Hayami e Ruttan, por exemplo, defendem que o desenvolvimento de novas técnicas produtivas deve estar intimamente relacionado com a escassez relativa dos fatores. Supõem eles dois grandes grupos passíveis de inovações tecnológicas: um inclui fertilizantes, corretivos, variedades melhoradas de plantas e outros insumos e poderia ser denominado de químico-biológico; o outro grupo é composto por tratores, colheitadeiras, semeadeiras e outros equipamentos de origem mecânica (Hayami & Ruttan, 1971).

De uma maneira geral, as tecnologias químico-biológicas são poupadoras do fator terra, e as tecnologias mecânicas substituem a mão-de-obra. Se os produtores forem suficientemente organizados e racionais e não houver interferência do Governo, o mercado deve refletir um sistema de preços baseado na realidade da oferta e da demanda dos diferentes bens, serviços e fatores de produção. A partir dos preços relativos, os agricultores serão induzidos a se utilizarem daquelas inovações tecnológicas que reduzam os seus custos de produção e que lhes tragam vantagens econômicas (por isso, esse modelo ficou conhecido como o da “inovação induzida”). Além da racionalidade dos produtores e da não-interferência do Governo no mercado, são necessárias também a criação e a disseminação de centros de pesquisas, tanto públicos quanto privados, para que eles possam gerar essas inovações tecnológicas. Utilizando-se do exemplo dos EUA e do Japão, os autores mostram que, no primeiro país, devido à escassez relativa de mão-de-obra, os centros de pesquisa se voltaram mais para o desenvolvimento de tecnologias mecânicas, e, no Japão, pelo reduzido espaço de terra aproveitável, o crescimento da produção foi conseguido principalmente através de inovações químico-biológicas.

2.3 — Sobre as disparidades no emprego da tecnologia moderna

Concomitantemente aos trabalhos que visavam propor alternativas para a disseminação de técnicas modernas, desenvolviam-se outros estudos complementares, que tinham por objetivo mais específico mensurar o grau de absorção do progresso técnico pelos agricultores tradicionais, ou, melhor ainda, determinar as causas das disparidades no emprego da tecnologia moderna. Com dois artigos publicados entre o final dos anos 60 e o início da década seguinte, Ruy Miller Paiva procura esclarecer as causas dos diferenciais de absorção do progresso técnico na agricultura brasileira e os limites impostos à expansão dessa tecnologia (Paiva, 1968; 1971). Ele reconhece a multiplicidade de padrões tecnológicos vigentes no campo, mas para simplificar a análise trabalha com dois tipos de tecnologia: a tradicional e a moderna.

Afirma o autor que

“O exame do processo de modernização da agricultura deve ser iniciado pela análise, em separado, das fases referentes à ‘adoção’ e à ‘expansão’ de técnicas modernas pelos agricultores. Estamos, assim, distinguindo a adoção e a expansão (entre maior número de agricultores) de novas técnicas, como processos distintos. A ‘adoção’ que se constitui num proble-

ma de caráter microeconômico diz respeito a um processo decisório da alçada direta dos agricultores que julgam — com base principalmente nas perspectivas de uma vantagem econômica — se devem substituir suas técnicas. Ao contrário, a ‘expansão’ de novas técnicas constitui-se num processo mais complexo, pois considera-se o aspecto dinâmico do processo de adoção de técnicas modernas. Sob esse ângulo, levam-se em conta os reflexos sobre a adoção das mudanças que ocorrem nas condições econômicas à medida que essa adoção de técnicas modernas se expande por um maior número de agricultores. Tem-se, assim, o problema de modernização da agricultura considerado de um ponto de vista macroeconômico” (Paiva, 1971, p.183-4).

Sobre o problema da “adoção”, ou seja, da absorção de tecnologia moderna sob o ponto de vista microeconômico, a idéia do autor é bastante simples: dados os preços relativos dos fatores e dos produtos, o agricultor só vai utilizar uma tecnologia moderna se a relação benefício/custo desta for economicamente vantajosa quando comparada à relação benefício/custo supondo a aplicação da técnica tradicional. Mas Miller Paiva vai mais além, ao acrescentar, como variável que influencia na decisão do produtor, aquilo que ele chamou de custo “subjetivo” de transferência. Neste, estariam incluídas as “dificuldades” e os “sacrifícios” pelos quais teriam que passar aqueles agricultores que optassem pela modernização. As dificuldades referem-se à obtenção de conhecimentos técnicos, de recursos materiais suficientes, de mão-de-obra responsável e eficiente e de regularidade no suprimento dos fatores modernos de produção. Já os sacrifícios se relacionam à resistência do agricultor em ter que abrir mão de hábitos e costumes já arraigados para poder modernizar os seus métodos de cultivo. Esse custo “subjetivo”, é claro, variava de produtor para produtor. Em síntese, tem-se então que, sob o ponto de vista microeconômico, a tecnologia moderna somente seria utilizada quando a relação benefício/custo se mostrasse vantajosa a ponto de cobrir, inclusive, o custo “subjetivo” de transferência. Como este não é igual para todos os produtores, a disseminação da tecnologia não se processa de forma uniforme.

Já sobre a compreensão do processo a nível macroeconômico, a opinião do autor é a de que a expansão dessa tecnologia moderna é limitada por um mecanismo de autocontrole e depende, em última instância, do comportamento do setor não agrícola.

Segundo Miller Paiva, à medida que a adoção de técnicas modernas se expande por um maior número de agricultores, é de se esperar que disso resulte um aumento na produtividade e na produção, gerando, por conseguinte, um crescimento no volume da oferta de produtos agrícolas. Por outro lado, o da demanda, deve-se considerar que as baixas elasticidade-renda e elasticidade-preço da procura dos produtos agrícolas e ainda a constante substituição desses produtos por matérias-primas de origem industrial, de certa forma, restringem o crescimento do consumo. A consequência desse hiato que se forma entre a oferta e a demanda é a redução dos preços dos produtos agrícolas. Posteriormente, com o prosseguimento da expansão das técnicas modernas, há uma queda dos preços dos fatores tradicionais (mão-de-obra e

terra), e, a partir desse momento, passa a não ser mais interessante ao agricultor que se utiliza de técnicas tradicionais modificar o seu método de cultivo. Assim, a partir de um determinado ponto — denominado por Paiva de “grau adequado” de modernização —, cessam as vantagens econômicas, e não há mais razão para que o agricultor modifique a sua técnica de cultivo.

Daí em diante, a disseminação da tecnologia moderna fica na dependência do crescimento do setor não agrícola, ou melhor, na capacidade desse setor em absorver o aumento da produção agrícola e o excedente de mão-de-obra expulso do campo pela modernização. Dessa forma, num determinado estágio do processo de desenvolvimento, o setor agrícola passa de uma posição dinâmica para uma posição induzida. Isto é,

“(…) após atingir o que foi denominado de ‘grau adequado’ de modernização, a agricultura não pode mais forçar o desenvolvimento pela adoção de técnicas modernas (...) pois, mesmo que seja levado a isso, com políticas especiais de incentivo, o mecanismo de autocontrole não permite que sua expansão se processe em escala superior à do desenvolvimento do setor não agrícola. A partir desse ponto, a agricultura perde o seu papel dinâmico e passa a agir como setor induzido, apenas reagindo ao aumento de produção e à melhoria tecnológica determinadas pelo setor não agrícola. Nessas condições, o que se pode então esperar do setor agrícola é simplesmente uma ‘resposta’ rápida a essa solicitação do setor não agrícola. Não se deve esperar que a modernização do setor agrícola venha a agir como elemento dinamizador e propulsor do desenvolvimento econômico global do país (Paiva, 1971, p.203).

Restaria ainda acrescentar que “o mecanismo de autocontrole” descrito por Paiva se relaciona mais intimamente aos produtos de mercado interno. No caso dos produtos de exportação, o autor admite que, em certos casos, esse “mecanismo de autocontrole” pode ser anulado na medida em que o mercado externo possa absorver os acréscimos de produção gerados a partir de melhorias tecnológicas. No entanto ele chama atenção para o fato de que, sendo muito grande o número de países que desejam exportar produtos agrícolas, tão logo as inovações técnicas se façam sentir em termos de crescimento das exportações, acirrar-se-á a concorrência, e os preços tenderão a cair, ocasionando, assim, as mesmas conseqüências já descritas para o mercado interno.

3 – Os debates na economia política

3.1 – As teses “feudais”

Para uma melhor compreensão das idéias expostas pelos autores das teses “feudais”, faz-se necessária uma sucinta apresentação de suas concepções teóricas acerca do sistema econômico. Alberto Passos Guimarães afirma que

“O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo por que, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é o que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de circulação ou distribuição desses bens” (Guimarães, 1977, p.27).

A partir dessa visão, que é oriunda dos textos clássicos do marxismo, os autores das teses “feudais” compreendiam a sociedade brasileira de meados do século XX como dividida estruturalmente em dois modos de produção: o capitalista e o feudal — apresentando-se este mais sob a forma de “restos” ou “vestígios” e sendo comumente denominado de “semifeudal”. O modo de produção capitalista preponderava nas cidades; e o “semifeudal”, no campo.

A principal causa da vigência na agropecuária de relações pré-capitalistas de produção era a excessiva concentração da propriedade da terra. A consequência disso era a de que o setor agrícola emperrava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao não se constituir num mercado para os produtos de origem industrial e ao não ofertar, em escala adequada, a quantidade de matérias-primas e produtos alimentícios requerida pelo processo de industrialização.

As origens do monopólio da terra remontam ao então Brasil-Colônia. Ao comentar sobre o início da colonização, M. Vinhas afirma que

“Nas primeiras décadas do século XVI foram publicadas as leis que instituíram as sesmarias e criados verdadeiros feudos com as chamadas Capitâneas, outorgando-se aos capitães ou donatários direito sobre o solo, pessoas e coisas nele existentes. As terras eram demarcadas segundo a ordem da metrópole e apoiadas pelas armas e pela máquina judicial” (Vinhas, 1968, p.24).

Pois bem, na visão dos autores identificados com as teses “feudais”, o direito dos latifundiários sobre o “solo, pessoas e coisas nela existentes”, originário da forma de ocupação territorial através das Capitâneas, ter-se-ia mantido ao longo dos séculos, atravessando o período da escravidão e permanecendo mesmo após a chegada dos imigrantes.

Segundo Guimarães, o monopólio da terra dava a seus detentores o poder de se sobrepor às demais classes por meio da coação econômica e, sobretudo, da coação extra-econômica. É justamente nesse aspecto, o da coação extra-econômica devido ao monopólio da terra, que residiria o caráter semifeudal da agropecuária brasileira. Isto porque as relações que se estabeleciam entre os proprietários de terra e aqueles que recebiam um lote dessa terra para cultivá-lo não eram relações capitalistas de produção. Ou seja, devido ao monopólio da terra e ao poder político daí resultante, nos contratos de trabalho que estabeleciam, na maioria das vezes cabia aos latifundiários estipularem unilateralmente as condições a vigorarem, como as formas de remuneração, os horários de trabalho, as lavouras e criações consentidas e os serviços gratuitos prestados aos cedentes dos lotes.

Disso resultava a existência na agropecuária brasileira de formas de renda que variavam de pré-capitalistas a capitalistas. Para Guimarães, a passagem da forma pré-

-capitalista para a capitalista dependia do grau de liberdade do cultivador em termos de decisões na administração ou na gestão do seu estabelecimento (Guimarães, 1977, p.193 e segs.). Entre as formas pré-capitalistas, o autor cita a renda-trabalho, onde o cultivador era compelido a prestar trabalho gratuitamente ao cedente do lote, e a renda-produto, onde o trabalhador pagava pelo uso da terra em produtos e não em dinheiro. Como exemplo de renda-trabalho ter-se-ia o cambão, isto é, a obrigação que tinham os pequenos cultivadores de darem um dia de trabalho por semana ao proprietário da terra. Entre as diversas formas de parceria, a meação era uma forma de renda-produto onde no contrato de trabalho ficava estabelecido que o cultivador pagaria pelo uso da terra uma quantidade de produtos correspondente à metade de sua colheita. Por outro lado, a forma de renda semicapitalista implicava uma maior liberdade ao cultivador que podia pagar o aluguel da terra em dinheiro (renda-dinheiro ou renda monetária), mas ainda assim sofria outras imposições do proprietário da terra, acerca de o quê plantar, da época para a venda da colheita, etc. Já a forma de renda capitalista, ou quando o cultivador se tornava um arrendatário do tipo capitalista, significava que este pagava pelo aluguel da terra em dinheiro e que todas as decisões acerca da gestão do seu estabelecimento eram de sua exclusiva responsabilidade.

Essas mutações que ocorriam nas formas de renda se verificavam também quando a relação de trabalho estabelecia o pagamento de um determinado salário. Assim, tinha-se o salariado quase/ou semicapitalista e o salariado capitalista. Enquanto no primeiro, ainda que recebendo o salário em dinheiro, o trabalhador direto estava "(...) preso a uma ou várias imposições restritivas de sua liberdade", o salariado capitalista "(...) se distingue pela inteira liberdade de que dispõe o trabalhador para vender, onde e a quem desejar, a sua força de trabalho" (Guimarães, 1977, p.194).

Mesmo admitindo no século atual um avanço das relações capitalistas de produção na agropecuária brasileira, os autores das teses "feudais" ainda insistiam que predominavam no campo as relações pré-capitalistas. E isso não acontecia somente nas relações entre proprietários de terra e cultivadores ou assalariados como foi descrito anteriormente, mas também a nível da pequena propriedade. Nesta, o produtor direto era o proprietário dos meios de produção; cultivava visando à subsistência e não ao mercado, e prevalecia a mão-de-obra familiar não remunerada.

A fraca demanda por bens de consumo no campo estava associada às relações pré-capitalistas de produção que implicavam uma circulação de dinheiro muito aquém daquela que seria de se esperar, dado o contingente de proprietários de terra e trabalhadores rurais envolvidos nas transações econômicas. Essa era considerada uma das causas pela qual a agricultura entravava o desenvolvimento econômico. Ela não era "capitalista" como deveria ser. Ou seja, a restrição à circulação de papel-moeda, pelas razões já expostas, inviabilizava a formação no campo de uma massa considerável de consumidores de bens industriais. Vinhas (1968, p.40), por exemplo, afirmava que "(...) mais da metade da população ativa dos campos raramente ou nunca tem contato com o dinheiro em suas transações". E, mais adiante, acrescenta:

"A esmagadora maioria dos 15 milhões de brasileiros economicamente ativos no campo está praticamente subtraída dos consumidores do mercado interno. Acrescentando a estes os seus familiares e outros habitan-

tes da zona rural, somam mais de 50% da população brasileira em paupérrima situação no país subdesenvolvido” (Vinhas, 1968, p.74).

Ainda de acordo com os autores supracitados, nem a grande nem a pequena propriedade constituíam-se em mercado para os insumos e os bens de capital de origem industrial.

Na concentração da terra, associada ao favorecimento da política oficial ao setor exportador, estaria a origem do desincentivo à utilização de técnicas modernas pela grande propriedade.

Com efeito, seria de se esperar que, pela sua própria característica, o dinamismo da produção latifundiária de exportação dependesse, em grande medida, da evolução dos preços agrícolas no mercado mundial. Mas não era exatamente isso o que se verificava. Na verdade, quando ocorria uma queda dos preços agrícolas no mercado externo, os latifundiários, por fazerem parte da classe dominante, através de mecanismos de política econômica, conseguiam que o ônus da crise fosse transferido ao conjunto da sociedade. Dessa forma, com a garantia da propriedade da terra assegurada e com o beneplácito do Estado nos momentos de crise, os grandes proprietários rurais não sentiam necessidade de modernizar seus métodos de cultivo. Também a pecuária não era considerada um bom mercado para os produtos industriais, porque a forma extensiva como vinha se desenvolvendo essa atividade no País requeria muito pouco capital por unidade de área.

De outro lado, pouco se poderia esperar das pequenas propriedades, visto que em boa parte delas se produzia basicamente para autoconsumo, sendo levado ao mercado apenas o que excedia às necessidades domésticas. Por sua vez, o dinheiro dessa venda era empregado na aquisição de bens de consumo simples, que não podiam ser produzidos na própria unidade familiar. Assim, era bastante reduzido o crescimento da capacidade produtiva nessas unidades familiares — exceção àquelas ligadas às cooperativas de produção e, portanto, ao mercado — e dessa forma a pequena exploração agrícola também não era uma fonte considerável de demanda por insumos e por bens de capital.

Restavam ainda os estabelecimentos de médio porte. Nestes, parece, estavam depositadas as esperanças para o desenvolvimento das forças produtivas no campo. Guimarães (1977, p.223), ainda que com certas restrições, agrupa essas propriedades, que ele classifica como sendo do tipo capitalista, em estratos de área que variam de 100 a menos de 500 hectares. Utilizando os dados do Censo de 1950, o autor chama atenção para o fato de que, representando apenas 11,2% do número de estabelecimentos e 25,3% da área cultivada nacional, essas explorações capitalistas, no conjunto dos estabelecimentos agropecuários, detinham 32,7% do total de tratores, despendiam 32,3% da quantia paga a título de salários e 27,7% da quantia gasta com adubos e fertilizantes.

Como já foi dito, a agropecuária também era considerada como um entrave ao desenvolvimento econômico, à medida que não produzia, na quantidade necessária, os alimentos e as matérias-primas demandados pelos centros urbanos. Aqui, mais uma vez, a causa desse suposto descompasso entre a oferta e a demanda é creditada à excessiva concentração fundiária e, como decorrência disso, ao poder que teriam

os latifundiários de manipular a política econômica de acordo com os seus interesses. Wernack Sodré, um outro pensador marxista, afirma que:

“(...) as crises da economia de exportação eram sempre de superprodução, enquanto as crises da economia de mercado interno eram sempre de subprodução. Havia constante excesso do que se destinava aos mercados externos; havia freqüente falta do que se destinava ao mercado nacional. Isso não acontecia por acaso, evidentemente: acontecia pelo fato de que todos os privilégios eram canalizados para a economia de exportação, mesmo nas fases de superprodução, e principalmente nessas fases, enquanto a economia de mercado interno era relegada ao esquecimento (...). Está claro que tudo isso teria de conduzir a resultados prejudiciais ao nível de vida do povo brasileiro, constantemente em carência de alimentícios, obrigado a importá-los por prolongados períodos e a pagá-los por preços altos” (Sodré, 1976, p.346-7).

Também Guimarães insiste muito nessa tese do tratamento diferenciado para as culturas de exportação. E, como outros fatores condicionantes do fraco desempenho da produção para mercado interno, ele assinala a estagnação relativa das áreas de lavoura, o crescimento da pecuária extensiva e o declínio absoluto dos rendimentos físicos dos principais produtos destinados ao consumo da população.

Utilizando os dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960, o autor mostra que, no Brasil, do total da área destinada às explorações agrícolas, a área destinada à lavoura representava uma parcela muito reduzida. Assim, em 1940, a área da lavoura atingia 9,5% da área total, caindo para 8,2% em 1950 e subindo um pouco, para 11,2%, em 1960. Mesmo esse crescimento verificado na última década em análise ainda é pequeno quando se compara a evolução da área cultivada com o ritmo de crescimento da fronteira agrícola do País. Ademais, esse atraso relativo da área de lavoura é ressaltado quando se confrontam os dados do censo brasileiro com os dos censos dos demais países da América. Com efeito, todos os países da América do Norte e a grande maioria dos países da América Central e da América do Sul possuíam, em meados do século XX, uma participação da área de lavoura em relação à área total das explorações agropecuárias bastante superior aos 11,2% verificados no País (Guimarães, 1977, p.205).

O descompasso entre os ritmos de crescimento da fronteira agrícola e da área de lavoura significava um crescimento relativo da pecuária em detrimento da lavoura. A esse respeito, Guimarães afirma que, ao contrário do que ocorreu na Europa do século passado, onde a mudança de atividade resultou no desenvolvimento de uma pecuária intensiva e, posteriormente, numa repartição do latifúndio em parcelas cedidas por arrendamento a capitalistas, no Brasil estava ocorrendo o crescimento da pecuária extensiva que permitia ao latifundiário brasileiro escapar ao capitalismo, à medida que essa modalidade exigia uma menor aplicação de capital por unidade de superfície. Tal fato se refletia na produção pecuária e, em última instância, na produção para o mercado interno. Ou seja,

“(...) a par de um desenvolvimento extensivo e, pode-se dizer, exageradamente extensivo da pecuária, a despeito dos sensíveis crescimentos

do número de criadores e da extensão de terra destinada à pecuária, a produção de carne não cresce sequer ao mesmo ritmo da demanda, e os preços da produção pecuária sobem em velocidade maior do que os preços em geral (Guimarães, 1977, p.226).

Um outro fator resultante do descaso para com o mercado interno foi o declínio absoluto dos rendimentos da maioria dos produtos destinados ao abastecimento alimentar. Guimarães demonstra que em 1950, comparativamente a 1920, houve uma queda na produtividade física dos principais produtos de mercado interno, como o arroz, o feijão, a batata e o milho, ao passo que os produtos de exportação, como o café e o cacau, tiveram, nesse período, um aumento nos seus rendimentos médios por hectare. O autor também compara, em termos de produtividade física, a situação da agricultura nacional com a dos demais países da América, concluindo ser o Brasil um dos países cuja situação da lavoura é uma das mais atrasadas de todo o continente americano. A sua conclusão não difere da de Sodré:

“Os contrastes na evolução dos rendimentos médios dos principais produtos de nossa agricultura, evidenciados com a melhoria da produtividade dos gêneros destinados ao mercado externo (café e cacau) e a produtividade decrescente dos gêneros de subsistência destinados ao mercado interno refletem a distorção básica de nossa economia agrária. Por um lado, a canalização de favores, vantagens e recursos públicos e privados, para as culturas de exportação, e os privilégios distribuídos através da política de amparo oficial à chamada **grande lavoura** estimulam as crises periódicas de superprodução; por outro lado, as barreiras, as dificuldades e limitações que perseguem a chamada **pequena lavoura** ou lavoura de subsistência, desamparada pelos Poderes Públicos, agravam as crises periódicas de penúria e os problemas até agora insolúveis do abastecimento, presentes em cada vez maior número de grandes centros urbanos” (Guimarães, 1977, p.207-8).

Finalmente, cabe acrescentar que, para esses autores aqui mencionados, o rompimento do atraso secular da agropecuária nacional e o seu ingresso no “mundo capitalista” passavam, necessariamente, pela modificação das relações de produção no campo, vale dizer, pela disseminação do arrendamento capitalista e do trabalho assalariado. Isso, por sua vez, só seria conseguido através de uma reforma agrária que visasse à desconcentração da propriedade da terra.

3.2 – A crítica às teses “feudais”

Um dos primeiros pensadores brasileiros que contestou as denominadas “teses feudais” foi Caio Prado Júnior. Ele centrou suas críticas mais especificamente nos chamados autores de “oficialismo de esquerda” – como Werneck Sodré e Passos Guimarães, entre outros – que estariam vinculados ao esquema evolutivo linear dos modos de produção, segundo o qual o modo de produção capitalista deveria, obriga-

toriamente, ser precedido pelo modo de produção feudal. Ademais, essas análises estariam inspiradas em teóricos marxistas internacionais que, equivocadamente, consideravam como participantes de um mesmo processo de desenvolvimento países com realidades históricas totalmente distintas, como era o caso dos países “coloniais” e “semicoloniais” da Ásia e dos países “dependentes” da América Latina. Em suma, essa forma de entender o desenvolvimento econômico e social da Humanidade não levava em consideração nem outros modos de produção que não aqueles previstos teoricamente, nem as situações históricas concretas de cada país.

Para Prado Júnior, a estrutura econômica brasileira formou-se a partir da organização do capitalismo a nível mundial. Já na colonização portuguesa, implantara-se no País uma estrutura agrária baseada na grande propriedade, que se utilizava da mão-de-obra escrava e cuja produção era voltada para o mercado externo, o que caracterizava a natureza essencialmente mercantil da economia nacional, de acordo com os interesses do capitalismo comercial europeu. Com a abolição da escravatura e a ascensão do imperialismo — fase monopolista do capitalismo —, não houve mudanças significativas na estrutura agrária brasileira, permanecendo a mesma constituída por duas classes fundamentais: a dos latifundiários, de um lado, e a dos trabalhadores rurais, antes escravos agora livres, de outro.

Dessa forma, enquanto na Europa pré-capitalista o sistema agrário feudal era constituído por uma economia camponesa — “(...) que vem a ser a exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada individualmente e tradicionalmente por camponeses, isto é, pequenos produtores” (Prado Jr., 1972, p.34), no Brasil, tanto no passado como no presente, o que caracteriza a economia agrária “é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores” (Prado Jr., 1972, p.35).⁷

A crítica de Prado Júnior estende-se a como interpretar as relações de trabalho vigentes na agricultura brasileira. Assim sendo, as formas de trabalho conhecidas como parceria, barracão e cambão, que a “esquerda oficial” entendia como exemplos de “restos feudais”, para esse autor constituíam-se em relações de trabalho muito semelhantes às vigentes no modo capitalista de produção. É verdade que, com a abolição da escravatura, foram substituídas as relações servis de trabalho por uma relação de emprego ou locação de serviços, onde a remuneração pelo trabalho prestado nem sempre assumia a forma monetária, ocorrendo, com certa frequência, formas mistas, em que eram incluídos o pagamento *in natura*, a concessão para o produtor utilizar uma parte da área de terra para cultivar gêneros de subsistência e outros tipos de remunerações não monetárias. Mas o essencial a reter aqui é que, ao contrário da economia camponesa, o que ocorria de significativo na estrutura agrária brasileira era a existência da grande propriedade rural, sob a direção do latifun-

⁷ Ainda segundo o autor, no Brasil, a chamada economia camponesa estava restrita às áreas de colonização estrangeira do sul do País.

diário que empregava um determinado número de trabalhadores livres, os quais, pelos serviços prestados, recebiam uma remuneração fosse ela monetária ou não. É nesse sentido que as relações de trabalho podiam ser entendidas como relações capitalistas.

Para Prado Júnior, não só as relações de trabalho na agropecuária não eram relações “atrasadas”, como também esse setor não emperrava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao comentar sobre a parceria, tão criticada pelos autores das teses “feudais”, ele afirma que:

“(…) nas circunstâncias da agropecuária brasileira, a parceria (…) apresenta geralmente, e em particular no caso do algodão, um sistema superior de organização econômica e padrões mais altos de produtividade” (Prado Jr., 1972, p.31).

Na mesma direção vai o seu comentário quando ele analisa a importância de um subsetor da agricultura, onde existia uma grande concentração fundiária:

“(…) no caso da economia açucareira, que constitui sem dúvida um dos principais setores da agricultura brasileira, e certamente aquele em que se encontra a maior concentração fundiária, observa-se, sem margem para dúvidas, que essa concentração nas proporções em que verifica e continua se ampliando representa fato recente e de maior atualidade, nada tendo de ‘obsoleto’ e ‘arcaico’. Bem pelo contrário, ela não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista (em que sobrepõem as exigências dessa grande unidade industrial moderna que é a usina de açúcar), mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade e do desenvolvimento econômico resultante” (Prado Jr., 1972, p.66).

Por outro lado, da falta de entendimento sobre a natureza das relações de trabalho no campo resultava uma compreensão errônea sobre a luta política a ser desenvolvida pelos trabalhadores rurais. Aqui, mais uma vez, Prado Júnior compara a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa com a situação brasileira. Assim,

“No caso da economia camponesa, o elemento central da produção, o empresário dela, é o próprio camponês, servo ou livre, com a sua atividade produtiva na qual se insere ou a que se sobrepõe o senhor ou proprietário que submete aquela economia camponesa a seus interesses, mas permanece fora da atividade produtiva propriamente na qualidade unicamente de proprietário e senhor da terra. Em contraste, a situação na grande exploração rural, que é o nosso caso, seja antes como depois da transformação do regime de trabalho de servil em livre, a situação se inverte, pois é a grande exploração dirigida pelo proprietário que constitui o elemento econômico essencial e central. E é nela que se enquadram, a ela se ajustando o trabalhador e suas atividades. E por isso, enquanto o camponês se acha economicamente ligado e associado à terra de forma direta, a ligação econômica do trabalhador empregado na grande exploração com a terra se faz indireta e em função da mesma grande exploração de cujo sistema econômico produtivo ele não participa senão a títu-

lo de simples força de trabalho, e não de ocupante propriamente e explorador direto da terra como se dá com o camponês” (Prado Jr., 1972, p.37).

A partir dessas diferenças, o autor conclui que, nos maiores e principais subsectores da economia agrícola, os trabalhadores, sendo simples vendedores da força de trabalho e não “camponeses” no sentido estrito do termo, reivindicavam e aspiravam a melhores condições de trabalho e emprego. Dessa forma, afora em algumas regiões específicas de pouca expressão geográfica e econômica, onde a reivindicação principal dos trabalhadores era a propriedade da terra, a idéia de Prado Júnior era de que a luta política, ou “a revolução brasileira”, deveria orientar-se no sentido de aumentar o poder aquisitivo dos assalariados agrícolas, porque só assim estaria expressando os verdadeiros interesses dos trabalhadores rurais.⁸ Numa perspectiva econômica mais ampla, a melhoria da remuneração do homem do campo alargaria o mercado interno brasileiro e, particularmente, dinamizaria a indústria nacional.

Um outro autor que contestou o caráter dual da sociedade brasileira e a existência de resquícios feudais na agricultura foi André Gunder Frank. Num artigo publicado na Revista Brasiliense, ele procurou desmascarar aquilo que chamou de “mito do feudalismo” (Frank, 1964). Da mesma forma que Prado Júnior, a sua idéia básica era de que a expansão do capitalismo mercantil no século XVI gerou uma determinada estrutura nas colônias que se integrava perfeitamente nos interesses do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial.

Nesse sentido, numa sociedade de passado colonial como a brasileira, não existiriam setores independentes uns dos outros, e a sua agricultura deveria ser compreendida como parte integrante do sistema capitalista. Sistema este que

“(...) produziu sempre, em todos os tempos e em todos os lugares – como não poderia deixar de fazê-lo em virtude da sua própria natureza – tanto o desenvolvimento quanto o **subdesenvolvimento**. Este último é tanto o produto deste sistema capitalista – é tão ‘capitalista’ – quanto o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tanto o produto da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista quanto o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste é determinado pelo capitalismo tanto quanto o desenvolvimento de São Paulo. Efetivamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento, cada um causa e é causado pelo outro no desenvolvimento do capitalismo como um todo. Portanto, chamar as suas partes desenvolvidas de ‘capitalistas’ e atribuir o subdesenvolvimento ao ‘feudalismo’ é não somente uma confusão séria, mas se prende a uma grave incompreensão da natureza real do capitalismo, o que leva a erros mais sérios de política” (Frank, 1964, p.65).

⁸ Por diferentes razões, que não cabe explicar aqui, a luta pela propriedade da terra estaria concentrada em certas áreas intermediárias entre a zona da mata e o agreste nordestino, nas zonas da então fronteira agrícola – oeste paranaense e centro-norte de Goiás – e em algumas áreas do interior da Bahia e de Minas Gerais. Ver Prado Júnior (1972, p.38 e segs.).

Seguindo a lógica do seu raciocínio, Frank conclui que, se o feudalismo não existe e se os males da agricultura são resultantes do capitalismo, é este que deve ser abolido.

3.3 – Castro e a “funcionalidade” da agricultura

No final dos anos 60, Antônio Barros de Castro procurou analisar a evolução da agricultura brasileira tomando como ponto de referência as funções definidas por Johnston e Mellor (1961). Nesse trabalho, ele procura verificar se no Brasil a agricultura cumpriu suas atribuições no processo de desenvolvimento econômico, quais sejam: geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas; liberação de mão-de-obra; criação de mercado; transferência de capitais.

Contestando os autores que viam na agricultura um empecilho ao desenvolvimento econômico, a tese de Castro é de que o setor agrícola

“(…) não colocou problemas específicos ao longo de nosso processo de industrialização e que, portanto, a crítica do setor só poderá ser feita ‘de fora’ do processo histórico em questão – ou seja, adicionando objetivos que lhe são estranhos, como, por exemplo, ideais de justiça reparativa” (Castro, 1977).

Quanto à geração de um excedente de alimentos e matérias-primas, a opinião do autor é de que, em países como o Brasil, tal excedente já existia antes mesmo do surgimento da indústria. No século XIX, a divisão do trabalho, que até então estivera restrita ao campo e à cidade, expandiu-se ao plano internacional, separando os países que produziam manufaturas das denominadas “nações-celeiros”. Nestas, portanto, ainda que não tivesse ocorrido um surto industrial, já existia a produção de um considerável excedente destinado a sustentar o trabalho empregado na lavoura de exportação. Quando da crise do mercado externo e do concomitante crescimento urbano-industrial, ou seja, a partir dos anos 30, o setor exportador tentou compensar a queda da demanda reorientando o emprego dos fatores de que dispunha. Nesse sentido, “(…) as necessidades primárias do surto urbano-industrial vem, pois, antes aliviar do que pressionar o universo agrícola” (Castro, 1977, p.100).

Por outro lado, Castro demonstra que, mesmo quando ocorreu uma retomada do mercado externo – entre o final da década de 40 e meados dos anos 50 –, não existiram maiores dificuldades para o prosseguimento da geração de um excedente alimentar satisfatório às necessidades dos centros urbanos. Tomando o período da “moderna industrialização” (1932-62), ele observa que, excetuando os anos 30, a oferta agrícola cresceu a níveis bem superiores aos do crescimento demográfico. Ademais, comparando os dados do crescimento agrícola brasileiro com o aumento da oferta agrícola em outros países na época de seus respectivos desenvolvimentos industriais (como os EUA, França, Inglaterra e Japão), Castro mostra que, mesmo considerando taxas demográficas distintas, o crescimento brasileiro foi superior ao desses países. O mesmo acontece quando se coloca o crescimento da oferta agropecuária brasileira frente à de outros países da América Latina.

Haveria, ainda, dois outros aspectos a salientar para demonstrar a suficiência da oferta agrícola, mesmo que durante o período da “moderna industrialização” ela tenha crescido a taxas bem menores que às do crescimento industrial. Em primeiro lugar, nesse período histórico, não ocorreu uma elevação dos preços agrícolas frente aos preços dos produtos industriais, o que seria de se esperar caso realmente a oferta agrícola fosse insuficiente para atender à demanda. Além disso, nesse mesmo período em que se verificou um elevado crescimento dos centros urbanos e uma considerável expansão da renda *per capita*, o Brasil não foi obrigado a ampliar suas compras de produtos agrícolas no Exterior — como ocorreu, por exemplo, com a Índia — e nem viu-se na contingência de ter de comprimir suas exportações de produtos agrícolas para realocar recursos em direção à produção de mercado interno — como foi o caso da Argentina e do Uruguai.

Especificamente em relação à produção de matérias-primas para o setor industrial, o autor relembra as experiências clássicas de industrialização. Nesse país, a indústria nascente caracterizava-se pela produção simples de manufaturas elaboradas a partir de produtos agropecuários. Diferentemente, no caso brasileiro o setor industrial já cresceu sobre um outro patamar de desenvolvimento tecnológico a nível mundial. Ou seja, principalmente a partir do século XX, os ramos industriais que mais se desenvolveram no País foram aqueles ligados ao material de transporte, material elétrico, comunicações e química. Assim, em última análise, a fonte de suas matérias-primas não era a agropecuária propriamente dita e sim a extrativa mineral. Nesse sentido, a indústria demandou menos produtos agropecuários do que se poderia imaginar.

Quanto à liberação da força de trabalho do campo, Castro afirma que, durante a industrialização,

“(...) não obstante a elevação ocorrida no volume da mão-de-obra ocupada pela agricultura, o êxodo rural, combinando-se com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender à demanda de mão-de-obra das atividades urbanas. A incapacidade de assimilação da totalidade da mão-de-obra proveniente do campo, agravando-se à medida que avançava o processo de industrialização, introduziu um crônico desequilíbrio no mercado de trabalho. Tal desequilíbrio, traduzindo-se na sustentação de níveis salariais extremamente reduzidos — apesar da rápida elevação da produtividade industrial —, contribuiu, certamente, para a sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros” (Castro, 1977, p.114-5).

Observa-se, assim, que a agricultura atendeu perfeitamente os requisitos da indústria, à medida que os baixos salários eram resultantes de um excedente de mão-de-obra não qualificada que, devido às péssimas condições de vida no campo, se sujeitava a trabalhar nas cidades a qualquer preço.

Na análise sobre a função da agricultura de criar mercado para a indústria, Castro de início, descarta a possibilidade de o setor agrícola ter sido um entrave ao desenvolvimento industrial. Isto porque, durante a “moderna industrialização”, a produção industrial se multiplicou por 10 (cresceu 900%). Esse crescimento, diz ele, é

notável quaisquer que sejam as comparações com outras experiências históricas de desenvolvimento. No entanto, e isso é relevante, o aumento da produção manufatureira prescindiu do mercado agrícola, ou melhor, o crescimento da produção industrial aconteceu sem que, concomitantemente, fosse constituído um mercado de massas no meio rural. Vejamos por quê.

No Brasil, afora em algumas regiões específicas do extremo sul, não existia a chamada economia camponesa. Assim, os trabalhadores do campo ou encontravam-se empregados nas fazendas e engenhos ou estavam “perdidos” no vasto interior do País. A gradativa especialização da produção agrícola que acompanhou o processo de desenvolvimento aconteceu sem modificações na estrutura fundiária, e, dessa forma, os incrementos de renda na economia agrícola eram absorvidos na sua totalidade pelos médios e, principalmente, pelos grandes produtores rurais. Estes adquiriram no Exterior os bens de consumo de que necessitavam.

Quando, então, se inicia o processo de substituição de importações, devido ao estrangulamento externo, a indústria nascente “(...) avança e se consolida, tendo por mercado estratos sociais com poder aquisitivo muito superior ao da grande maioria da nação” (Castro, 1977, p.126). Assim sendo, afora no caso da cultura cafeeira, onde a introdução do sistema salarial havia permitido a criação de um mercado para manufaturas simples, são as classes média e alta que, imitando o padrão de consumo disseminado nos EUA, vão sustentar a demanda no decorrer do processo de industrialização. Portanto, conclui Castro,

“Ao invés de estreitar o mercado de manufaturas, a concentração de renda em estratos de médio e alto poder aquisitivo passaria a reforçar um gênero de mercado – o dos bens de consumo duráveis de tipo moderno” (Castro, 1977, p.127).

Ainda segundo o autor, a manutenção de uma política concentradora de renda iria refletir-se também no tipo do futuro mercado agrícola para produtos industriais. Ou seja,

“(...) a melhoria dos padrões de produtividade da agricultura acarreta encomendas industriais maiores e, sobretudo, de maior impacto dinamizador, na medida em que se consolide a estrutura altamente concentrada de propriedade da terra. A agricultura, que não forneceu grandes estímulos de mercado ao longo da moderna industrialização, para transformar-se num cliente adequado (estimulante) à indústria, deverá, pois, ao contrário do que freqüentemente se pensa, confirmar (e reforçar através do progresso tecnológico das grandes unidades) a sua estrutura distributiva, altamente excludente e concentradora de renda” (Castro, 1977, p.133).⁹

⁹ Observe-se que esse texto foi publicado em 1969, antes, portanto, da “modernização” da agricultura verificada na década de 70, que, diga-se de passagem, aconteceu sem provocar modificações significativas na estrutura fundiária.

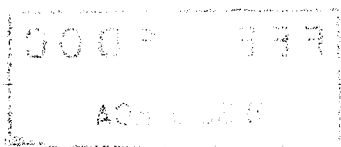
Finalmente, quanto à transferência de capital da agricultura para os demais setores da economia, a opinião de Castro é de que, no período da industrialização, o instrumento de maior significação para viabilizar tal processo foi o da manutenção da taxa de câmbio fixa. Com efeito, à medida que internamente a moeda se desvalorizava e que tal situação não era transposta para a relação do cruzeiro com as moedas fortes, ocorria um barateamento no custo das importações de combustíveis, equipamentos, matérias-primas e outros produtos essenciais ao desenvolvimento do setor urbano-industrial. Tal política de subsídios indiretos, que viabilizou a transferência de um grande volume de recursos da agricultura de exportação para a indústria nascente, ocorreu mais precisamente entre o final da II Grande Guerra e o ano de 1953. Após esse período, a maior parte dos produtos de exportação passou a receber “bonificações”, o que fez com que diminuísse o volume das transferências, com exceção do café que, até 1959, permaneceu, de forma indireta, transferindo recursos para a indústria.

Os outros mecanismos de transferência de renda, no entender de Castro, ou tiveram um peso relativamente menor no processo de desenvolvimento industrial, ou são de difícil mensuração. Entre os primeiros, encontram-se as chamadas transferências voluntárias — por exemplo, crise na agricultura, levando os empresários do setor a canalizarem recursos para as atividades urbanas — e as transferências diretas — heranças e outros mecanismos de transmissão intrafamiliar de recursos. Entre os últimos, situam-se a tributação sobre a renda gerada na agricultura e a queda dos preços relativos dos produtos primários. Mesmo na falta de informações mais precisas sobre o comportamento desses dois mecanismos, o autor considera que, através deles, a agricultura não colaborou de forma substancial para o desenvolvimento industrial.

4 — Conclusões

A partir das teses aqui apresentadas, pode-se perceber que, enquanto algumas questões tiveram extrema relevância para um determinado grupo de pensadores, por outros foram simplesmente ignoradas. Isto pelas mais diversas razões: desde porque, por exemplo, não tinham importância em si mesmas, até porque extrapolavam a questão econômica propriamente dita. Disso resultou que a “evolução dos debates” aconteceu **dentro** de cada corrente de pensamento e não — pelo menos explicitamente — de uma **contra** a outra.

Mas ainda que a ideologia subjacente em cada interpretação diferencie as análises, como se trata de um mesmo tema como há algumas semelhanças na forma de encarar o objeto em estudo, no caso, o papel da agricultura num país, cuja expansão do sistema capitalista se dá tardiamente em relação aos chamados países desenvolvidos. Assim é que existe uma certa similitude entre os neoclássicos e os autores das teses “feudais” quando ambos tendem a interpretar a evolução do sistema econômico de maneira linear. Para esses pensadores, o “futuro” já existia num outro espaço do planeta. Dessa forma, bastava averiguar que etapas já haviam sido vencidas nos



países mais adiantados — no sentido de ajustar a agricultura ao desenvolvimento do capitalismo — e transpô-las o mais rapidamente possível para os países subdesenvolvidos. Numa outra perspectiva, a dos autores críticos das teses “feudais”, compreendia-se a natureza do crescimento econômico e social dos países subdesenvolvidos de uma maneira distinta, porque essas nações, ao desenvolverem tardiamente suas forças produtivas, estabeleciam com esses países desenvolvidos relações econômicas não verificadas antes, como também, internamente, o contexto em que se davam as relações entre as classes sociais era diferente daquele ocorrido nos países desenvolvidos.

Uma outra semelhança verificável é que esteve no centro dos debates a questão da eficiência/ineficiência do setor agrícola em relação ao processo de desenvolvimento econômico. Independentemente do matiz ideológico de cada corrente de pensamento, há uma certa tendência a considerar a agricultura como “ineficiente” nas teses que vigoraram até meados dos anos 60 e, após esse período, a entender o setor agrícola como “eficiente” ou “funcional” ao processo de acumulação de capital.

Afora isso, os debates seguiram caminhos distintos. Na economia neoclássica, num primeiro momento, as discussões giraram em torno da capacidade da agricultura, principalmente de seu subsetor que operava com técnicas mais rudimentares, em se ajustar às modificações dos preços relativos dos produtos e dos fatores. Dessa forma, para os neoclássicos a idéia de eficiência/ineficiência esteve vinculada à aptidão da agricultura em responder aos mecanismos de mercado, isto é, alocar “eficientemente” seus fatores de produção. Uma vez aceita a idéia da eficiência, o debate entre esses autores ateu-se ainda mais ao econômico *strictu sensu*. Assim, os novos estudos ou “modelos de desenvolvimento” continham propostas que visavam à disseminação da tecnologia moderna via redução dos preços relativos dos insumos e bens de capital. Ademais, procurava-se também avaliar o grau de absorção dessa tecnologia pela chamada agricultura tradicional.

Já na economia política, ainda na década de 50 e início dos anos 60, a idéia de ineficiência estava atrelada à concentração fundiária e, dado o poder de coação “extra-econômico” daí resultante, à vigência no campo de relações de produção pré-capitalistas. Por essas razões, a agricultura entravava o desenvolvimento econômico ao não se constituir em mercado para os produtos industriais e ao não ofertar a quantidade de alimentos e matérias-primas requisitada pelos centros urbanos. Em termos de propostas, entendiam os formuladores dessas teses que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil passava necessariamente por uma ampla reforma agrária que permitisse a desconcentração da propriedade da terra.

No decorrer dos anos 60, essas teses começaram a ser contestadas. Sobre as relações de produção afirmava-se que, independentemente da remuneração pelo uso da terra nem sempre assumir a forma monetária, o significativo era que essas relações estavam perfeitamente articuladas ao modo de produção capitalista. Além disso, argumentava-se também que, sendo os trabalhadores rurais simples vendedores da força de trabalho e não camponeses no sentido estrito do termo, suas verdadeiras aspirações não eram a propriedade da terra, mas melhores condições de trabalho e emprego.

Por outro lado, a crítica às teses “feudais” estendeu-se à noção do setor agrícola como um empecilho ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, defendeu-se a tese de que, ao longo do processo de industrialização, a oferta agrícola se ade-

quou às necessidades da demanda, ao passo que o crescimento industrial se consolidou tendo por mercado estratos de médio e alto poder aquisitivo, mercado este resultante, dentre outras causas, da concentração da renda no campo. Assim, a proposta de reforma agrária estava mais afeita aos ideais de justiça social do que propriamente às necessidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Bibliografia

- ACCARINI, José H. (1987). **Economia rural e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes.
- BASTIDE, Roger (1971). **Brasil, terra de contrastes**. 4.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro. (Primeira edição em 1959).
- CASTRO, Antônio B. de (1977). Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: —. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária. (Primeira edição em 1969).
- CHACEL, Julian M. (1963). Preços e custos na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 17(3):35-67, jul./set.
- FENDT JÚNIOR, Roberto (1977). O papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro: trinta anos de reflexões. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 31(4):687-704, out./dez.
- FRANK, André G. (1964). A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. **Revista Brasiliense**, jan./fev.
- GUIMARÃES, Alberto P. (1977). **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Primeira edição em 1964).
- HAYAMI, Yujiro & RUTTAN, Vernon (1971). **Agricultural development: an international perspective**. Baltimore, John Hopkins.
- JOHNSTON, B. F. & MELLOR, J. W. (1961). The role of agriculture in development. **The American Economic Review**, 51(4):566-93, Sept.
- LAMBERT, Jacques (1972). **Os dois brasis**. 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. (Primeira edição em 1959).
- LEWIS, W. A. (1969). O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. & SING, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo, Forense. (Publicado pela 1ª vez em 1954 pela The Manchester School).
- LINHARES, M. Y. & SILVA, F. Teixeira da (1981). **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo, Brasiliense.
- OLIVEIRA, Francisco de (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2):3-82, out.
- PAIVA, Ruy M. (1968). O mecanismo de autocontrole no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 22(3):5-38, jul./set.

- PAIVA, Ruy M. (1971). Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 1(1):171-234, dez.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1972). *A revolução brasileira*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense. (Primeira edição em 1966).
- RANIS, G. & FREI, J. C. (1961). A theory of economic development. *The American Economic Review*, 51(4):533-65, Sept.
- SCHULTZ, Theodore W. (1965). *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro, Zahar. (1964).
- SODRÉ, N. W. (1976). *História da burguesia brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Primeira edição em 1964).
- VINHAS, M. (1968). *Problemas agrário-camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Abstract

The aim of this essay is to put forth in a systematized way some issues which were in the core of the debates on "agriculture and economic development in Brazil" that took place between the decade of the 50's and the early 70's. Therefore, starting from a selection of various theses on the subject, the text is organized taking in consideration two currents of economic thought: neoclassical economics and political economy. The conclusion is that regardless of the theoretical and conceptual framework that is used by each current of thought there is a tendency to consider the agricultural sector as "inefficient" in the theses in vogue until the middle of the 60's. Afterwards the agricultural sector is viewed as "efficient" or "functional" to the process of capital accumulation in Brazil.